

Ofício Circular nº. 01/2011 – SINPECPF

Brasília-DF, 24 de maio de 2010.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Deputado(a) Federal
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Assunto: **Reestruturação do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal**

Senhor(a) Deputado(a),

Cumprimentando-o, respeitosamente, o Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (SINPECPF) vem, por meio deste, solicitar o apoio de Vossa Excelência em nosso pleito pela reestruturação dos cargos da carreira administrativa da Polícia Federal. Tal demanda é a principal bandeira empunhada por este sindicato desde sua fundação, em setembro de 2005, e visa à valorização dos servidores administrativos, coibindo, desta forma, a continuidade de práticas nocivas à Polícia Federal, como a terceirização irregular de atividades do órgão.

Conforme Vossa Excelência certamente observa, a Polícia Federal tem sido alvo de recorrentes denúncias por parte da imprensa, em reportagens que criticam desde a precariedade da segurança nos aeroportos de nosso país até o risco que a terceirização de determinadas atribuições do órgão impõem à segurança pública. Como exemplos, podemos citar aqui a reportagem veiculada pelo Fantástico no dia 9 de janeiro deste ano em que jornalista da Rede Globo

consegue embarcar em nove aeroportos brasileiros portando réplica de fuzil; a reportagem da Folha de São Paulo veiculada no dia 28 de abril sobre os Veículos Aéreos Não Tripulados (Vants) recentemente adquiridos pela Polícia Federal, que não podem operar por falta de gasolina; ou a reportagem de capa da revista ISTOÉ desta semana, que ataca duramente a terceirização de atividades típicas da Polícia Federal, como a emissão de passaportes e o controle de imigração de estrangeiros, prática que, na opinião da publicação, configura-se como privatização da Polícia Federal. Todos esses casos gravíssimos apresentam uma característica em comum: poderiam ter sido evitados caso o governo tivesse se empenhado de fato em reestruturar a carreira administrativa da Polícia Federal.

No ano passado, durante as audiências públicas para debate do projeto de Lei Orgânica da Polícia Federal, este sindicato fez reiteradas denúncias sobre a situação preocupante em que se encontrava a Polícia Federal. Abordamos a questão da terceirização irregular, do desvio de função de policiais e da carência de servidores administrativos enfrentada pelo órgão. Como solução para todos estes problemas, oferecemos a opção de reestruturar o Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (PECPF), cujos integrantes são os servidores administrativos, que exercem atribuições relacionadas à atividade meio do órgão policial. Nosso pleito consiste basicamente em dotar a carreira administrativa de estrutura mais moderna, transformando os atuais servidores em Analistas e Técnicos da Polícia Federal, preservando-se, contudo, requisitos de ingresso e de escolaridade, de modo a tornar esta demanda perfeitamente constitucional.

O intuito da reestruturação é a valorização do servidor administrativo, atualmente desprestigiado dentro do órgão. Apesar de o PECPF

contar com profissionais altamente capacitados, aprovados em concurso público, a categoria é extremamente mal remunerada em comparação com os colegas policiais e outros servidores de carreira de apoio do serviço público, não havendo, além disso, perspectiva de crescimento profissional na carreira. Esse conjunto de fatores é seguramente o principal responsável pelo alto êxodo desses profissionais, que acabam ingressando em outros órgãos em busca de remuneração mais digna.

Com isso, o êxodo de profissionais do PECPF torna-se problema gravíssimo para a Polícia Federal, que acaba se utilizando de práticas controversas – ou mesmo completamente irregulares – como a terceirização de atividades restritas a servidores efetivos da instituição para suprir a demanda de serviço administrativo.

Desta feita, o SINPECPF coloca-se ao lado dos veículos de imprensa – e de toda sociedade – para cobrar que o governo tome a medida necessária para por fim a terceirização irregular que assola a Polícia Federal. Esta medida é a reestruturação da carreira administrativa, que valorizará servidores comprometidos com o órgão e vinculados à Administração Pública em caráter permanente, algo diametralmente oposto ao caráter provisório que a terceirização na Polícia Federal deveria ter.

Respeitosamente,

Leilane Ribeiro de Oliveira

Presidente